

TURISMO CULTURAL E NARRATIVAS DECOLONIAIS: APONTAMENTOS A PARTIR DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS (SÃO PAULO/SP)

55

DOI: <https://doi.org/10.35700/2317-1839.2024.v12.5010>

EDUARDO CRISTIANO HASS DA SILVA, Dr.

Doutor em Educação - Unisinos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
e-mail: eduardohass.he@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3906-5448>

LUCAS COSTA GRIMALDI, Dr.

Doutor em Educação - UFRGS
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN
e-mail: lucascgrimaldi@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4654-1032>

RICARDO FIGUEIRÓ CRUZ, Ms.

Mestre em Processos e Manifestações Culturais – FEEVALE
Doutorando em Educação - Unilasalle
e-mail: rfigueirocruz@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8474-4124>

RESUMO

O presente artigo analisa a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – São Paulo/SP, privilegiando as questões que envolvem os conceitos de Turismo Cultural e de Narrativas Decoloniais. Entende-se a referida igreja como um sítio de patrimônio cultural e para tanto, discutimos acerca da presença e/ou ausência de sujeitos não-brancos nas narrativas expositivas, neste caso na estatuária sacra. A irmandade mantenedora da Igreja foi criada no século XVIII para socialização, acolhimento e oferecer culto religioso aos negros escravizados. A Igreja analisada situa-se no Largo do Paissandu, erigida no início do século XIX. Trata-se, neste estudo, de mobilizar a narrativa expositiva das peças que encontram-se na sede do largo do Paissandu, propondo sua apropriação pelo Turismo Cultural, visando contribuir para a construção de práticas turísticas que atentem para espaços de memória que legitimem o lugar de africanos e afro-brasileiros nas narrativas expositivas de sítios de patrimônio histórico e cultural brasileiros. Por fim, entendemos que os sítios patrimoniais, assim como os museus são instituições a serviço da sociedade e possuem uma função social tanto para a comunidade na qual se inserem quanto para aqueles e aquelas que a visitam.

Palavras-chave: História e Turismo; Turismo Cultural, Turismo Religioso, Patrimônio Cultural.

CULTURAL TOURISM AND DECOLONIAL NARRATIVES: INSIGHTS FROM THE CHURCH OF OUR LADY OF THE ROSARY OF BLACK MEN (SÃO PAULO, SP)

ABSTRACT

This article analyzes the Church of Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos - São Paulo / SP, focusing on issues involving the concepts of Cultural Tourism and Decolonial Narratives. The said church is understood as a cultural heritage site and for that, we discussed about the presence and / or absence of non-white subjects in the expository narratives, in this case in the sacred statuary. The brotherhood that maintains the Church was created in the 18th century to socialize, welcome and offer religious worship to enslaved blacks. The analyzed church is located in Largo do Paissandu, erected at the beginning of the 19th century. In this study, it is a matter of mobilizing the expositive narrative of the pieces found in the main square of Paissandu, proposing their appropriation by Cultural Tourism, aiming to contribute to the construction of tourist practices that focus on memory spaces that legitimize the place of Africans and Afro-Brazilians in the expository narratives of Brazilian historical and cultural heritage sites. Finally, we understand that heritage sites, as well as museums, are institutions at the service of society and have a social function both for the community in which they operate and for those who visit them.

Keywords: History and Tourism; Cultural Tourism, Religious Tourism, Cultural Heritage.

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar uma pesquisa simples no site de buscas Google, utilizando as combinações de palavras “roteiros turísticos para a cidade de São Paulo” ou “pontos turísticos de São Paulo”, somos levados para centenas de sítios eletrônicos, dentre os quais, encontram-se os de empresas aéreas e turísticas¹. Um conjunto de lugares é apresentado para compor estes roteiros, com destaque para alguns, que se repetem constantemente: Museu de Arte de São Paulo (MASP), Parque Ibirapuera, Rua 25 de março, Catedral da Sé, Mercado Municipal, Avenida Paulista, entre outros.

O lugar cuja narrativa é aqui apresentada não está dentre os espaços mais visitados da cidade de São Paulo, tampouco aparece nos roteiros apresentados por empresas turísticas e companhias aéreas. Trata-se, neste estudo, de mobilizar a narrativa expositiva das peças que encontram-se na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo/SP), propondo sua apropriação pelo Turismo Cultural, visando contribuir para a construção de práticas turísticas que atentem para espaços de memória que legitimem o lugar de africanos e

¹ Para esse estudo foram analisados, em especial, três publicações: “Roteiro São Paulo: conheça a capital paulista em 3 dias” e “15 Pontos turísticos em São Paulo obrigatórios para conhecer”, do blog Passagens Promo (s.n.) e “Roteiro São Paulo: 3, 5 e 7 dias”, do Blog da Expedia. Essas foram as primeiras páginas direcionadas pelo sítio de busca em ambas as buscas. Não é a intenção do estudo explorar cada uma das páginas, mas demonstrar algumas generalidades destas buscas.

afro-brasileiros nas narrativas expositivas de sítios de patrimônio histórico e cultural brasileiros (GIL, MEINERZ, 2017).

De acordo com a Arquidiocese de São Paulo, a história da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se constitui a partir de três momentos, com relação a seu lugar na cidade: de 1721 a 1725, ocupou um espaço no Vale do Anhangabaú; em 1725, a Irmandade recebeu autorização e ganhou um terreno da Câmara de São Paulo para erguer sua capela, no Largo do Rosário, atual Praça Antônio Prado², espaço que era permeado de festejos religiosos ritualizados com elementos da cultura negra; e em 1903 teve sua transferência para o Largo do Paissandu.

Com o advento econômico da cidade, impulsionada pela produção e exportação do café, e influenciada pela *Belle Époque* europeia, o Largo do Rosário se voltou para os interesses econômicos da capital paulista e com a publicação da lei n.º. 698, de 24 de dezembro de 1903³, a Igreja tem sua desapropriação autorizada, em contrapartida ganha um terreno e uma quantia de dinheiro para a construção de uma nova estrutura. Além disso, ideias higienistas presentes nas reformas urbanas deslocam a população que frequentava essa irmandade para locais mais afastados do núcleo central que estava em constante urbanização. Em 1903, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, deixa o Largo do Rosário e ergue uma nova igreja no Largo Paissandu, espaço que se encontra até os dias de hoje.

O local em que está inserida a igreja foi reivindicado pelos movimentos negros como fundamental para entender as marcas da presença negra em São Paulo. É indiscutível, o papel histórico que o largo do Paissandu e o sítio em que está localizada a edificação tem como indício dos territórios negros na cidade, porém é sobre as peças em exposição localizadas nesta igreja que a presente investigação está centrada. O estudo portanto, analisa a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos a partir do conceito de patrimônio e suas relações com o turismo, principalmente o turismo afrocentrado. Para atender a proposta apresentada, o estudo encontra-se dividido em três partes. Em “Turismo Cultural: aproximações conceituais”, procuramos apresentar algumas discussões a respeito do conceito de Turismo Cultural, procurando apresentar sua relação com o patrimônio cultural em suas diferentes tipologias. Sem ter a intenção de esgotar a temática, recorreremos a autores e autoras que investigam o Turismo Cultural, bem como a alguns apontamentos sobre o patrimônio na legislação brasileira.

Considerando a apropriação do patrimônio pelo Turismo, em “Exposições e o turismo cultural: apontamentos para narrativas decoloniais”, apresentamos algumas discussões sobre a presença de museus, sítios patrimoniais e exposições diversas em roteiros turísticos. Recorrendo aos estudos decoloniais, discutimos acerca da presença e/ou ausência de sujeitos

² Antigamente chamado de Largo do Rosário, este local de intenso movimento foi renomeado em homenagem ao Conselheiro Antônio Prado, prefeito da capital paulista entre 1900 e 1910 e responsável pela implantação de várias obras de modernização urbana no centro. Reúne edifícios simbólicos como o Altino Arantes, o antigo Banco de São Paulo e uma das sedes da bolsa brasileira, a BM&FBOVESPA (São Paulo, s.n.).

³ De acordo com o decreto lei n. 698 de 24 de dezembro de 1903: “Art. 1º - Fica aprovado o acto da Prefeitura, em virtude do qual entrou em accôrdo com a Irmandade Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos, desta capital, para o fim de adquirir para a Camara o edificio da sua egreja e as outras dependencias mencionadas no dito accôrdo, mediante a indemnização por parte da mesma Camara da quantia de duzentos e cincoenta conto de réis (250:000\$000) e uma pequena área de terreno no largo do Paysandú, exclusivamente destinada á constucção por aquella Irmandade e uma nova egreja” (Prado, 1903).

não-brancos nas narrativas expositivas. Dentro desta perspectiva, tensionamos que tipo de exposições são apropriadas pelo Turismo Cultural, evidenciando as relações de poder que estabelecem olhares e narrativas coloniais.

Na sequência, em “Narrativas Decoloniais: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo/SP)”, apresentamos e analisamos o circuito formado pelas imagens sacras expostas nesta igreja. Entendendo-a como um sítio de patrimônio histórico e cultural, atentamos para a produção de uma narrativa expositiva que atenta para santos e santas, homens e mulheres não brancos. Recorremos ao Turismo Cultural para apontar possibilidades de apropriação deste espaço, o qual contribuir para a construção de uma narrativa decolonial.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Turismo Cultural: uma revisão possível

A emergência do turismo de massa contemporâneo encontra-se, segundo Flávia Roberta Costa (2009), no *grand tour*. Embora já estivesse estruturada no século XVII, foi no século XVIII que essa prática atingiu seu auge, na Europa, caracterizando-se por deslocamentos de longa duração (que duravam em média 3 anos) e sazonais, atendendo especialmente a rapazes da elite britânica.

Na Inglaterra, a prática do *grand tour* estava relacionada à ideia de uma aprendizagem marcada pelo *ver in loco*, característica da elite, a qual acabava por constituir um itinerário mais ou menos padronizado, marcado por visitas na França, Itália, Alemanha e nos Países Baixos. Os *grand tourists* procuravam conhecer os destaques históricos e culturais dos locais, bem como os seus grandes monumentos, obras da arquitetura, escultura ou pintura de caráter excepcional. Essas viagens foram gradativamente transformando-se em empreendimentos filosóficos e científicos.

Na passagem do século XVIII para o XIX ocorreram grandes transformações na estrutura e nos objetivos das viagens, bem como o aparecimento de empreendedores no ramo turístico, sendo Cook o maior deles, criador das “excursões organizadas”, no segundo quartel do século XIX (COSTA, 2009).

Os anos 1970 marca o boom do turismo massificado, baseado nos padrões dos pacotes turísticos, formatados ainda no modelo de Cook. A ampliação da circulação de pessoas por sítios patrimoniais levou ao aumento da preocupação com a preservação destes espaços. Ao longo dos anos 1980, a crítica ambientalista, esgotamento dos recursos naturais devido ao uso irracional.

A pluralidade das motivações das pessoas que viajam levou a uma variedade de produtos turísticos. Visando organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado, estabeleceu-se a segmentação, elaborada a partir dos elementos de identidade da oferta e das características da demanda (BRASIL, 2006). Os principais segmentos turísticos estabelecidos pelo Ministério do Turismo no Brasil são: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde.

É especialmente no Turismo Cultural que a presente investigação se insere. No entanto, é importante destacar que entendemos que estes segmentos não encontram-se rigidamente separados, estando em processo de constante transformação, no qual as características de oferta e de demanda se encontram e até se sobrepõem.

Costa (2009) entende que o conceito de Turismo Cultural é ainda indefinido, devendo ser tomado de forma plural. Para a autora, um conceito mais completo de turismo cultural deve considerar as motivações de seus participantes, as características de seu objeto e de seu público, a interatividade ou vivência de experiências culturais e das possíveis inter-relações com a preservação e a educação por meio do patrimônio cultural⁴. Neste estudo, entendemos o Turismo Cultural como aquele cujo objetivo é o patrimônio cultural material e imaterial do local ou grupos visitados.

O conceito de patrimônio é entendido aqui a partir de um enfoque que toma como balizas conceituais a Conferência Geral da UNESCO (1972) e a Conferência Mundial do México (1985) em nível internacional e, a Constituição Federal de 1988 e o decreto nº 3.551/2000 em nível nacional. Conforme apontam Pedro Paulo Abreu Funari e Sandra de Cássia Pelegrini (2009), bem como Costa (2009), a Conferência Geral da Unesco de 1972 permitiu uma ampliação do conceito de patrimônio, entendendo-o como composto por monumentos, conjuntos e lugares. Na mesma lógica de ampliação do conceito, a Conferência Mundial do México de 1985 entende que o patrimônio comporta elementos da cultura imaterial que se relacionam à identidade, memória e ação dos grupos.

No Brasil, após décadas de discussões, a Constituição de 1988, assinada dentro do contexto de redemocratização trouxe um sentido mais amplo para o conceito de patrimônio. A partir dela, o patrimônio é entendido como bens materiais ou imateriais, tomados individualmente ou em conjunto. O documento amplia o conceito para além dos bens materiais arquitetônicos, preocupando-se em congregar formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (FUNARI, PELEGRINI, 2009; COSTA, 2009).

O conceito mais amplo de patrimônio fundamentou-se em uma concepção plural de cultura, a qual abriu margem para a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras, bem como para a defesa do meio ambiente. Apesar destas problemáticas serem levantadas pela Constituição Federal de 1988, apenas no ano 2000 foi implementado o registro de bens culturais de natureza imaterial, a partir do decreto nº 3.551/2000.

Visando realizar o registro dos bens culturais de natureza imaterial, o decreto supracitado estabeleceu os quatro livros de registro, sendo eles o Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Formas de Expressão; o Livro de registro das Celebrações e o Livro dos

⁴ Para saber mais sobre o conceito de Turismo Cultural, ver o capítulo 1 do livro Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação, de Flávia Roberta Costa (2009). Nele, a autora agrupa os conceitos mapeados a partir de quatro núcleos temáticos: Turismo Cultural como visitação a recursos de origem cultural; Visões Distorcidas de Turismo Cultural; Turismo Cultural como Ferramenta para o Aprendizado Cultural; Turismo Cultural como Ferramenta de Aprendizagem.

Lugares. A abrangência dos bens registrados nos livros reflete na pluralidade e na diversidade de bens culturais.

A pluralidade das concepções de patrimônio cultural levaram, de acordo com Costa (2009), a criação de subtipologias para o Turismo Cultural, dentre as quais a autora destaca: Turismo Cultural Urbano; Turismo Cultural em Parques Temáticos; Turismo Patrimonial; Turismo Histórico; Turismo Arqueológico; Turismo Paleontológico; Turismo Artístico ou de Artes; Turismo Étnico; Turismo Gastronômico; Turismo Literário; Turismo de Patrimônio Industrial; Turismo Ferroviário; Turismo Cívico; Turismo Científico, de congressos ou de eventos; Turismo Rural; Turismo Religioso, Místico ou esotérico; Turismo de Compras; Turismo Virtual.

Essa diversidade de subcategorias de Turismo Cultural demonstram que os mais diversos elementos de natureza material ou simbólica do patrimônio cultural podem ser apropriados pelo Turismo Cultural. Dentre os espaços visitados pelos turistas culturais e que permitem este contato com o patrimônio cultural estão os museus, sítios de patrimônio histórico e cultural e exposições diversas. Sendo assim, na sequência, apresentamos algumas observações sobre estas temáticas.

2.2 EXPOSIÇÕES E O TURISMO CULTURAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA NARRATIVAS DECOLONIAIS

Dentre os espaços para visitação do turista cultural estão os museus e as exposições diversas. Conforme destaca Manuelina Maria Duarte Cândido (1998), as concepções de museu têm variado ao longo da História. De acordo com a autora, a emergência desta instituição pode estar localizada no chamado *museion* grego, espaço de contemplação destinado às musas. Está instituição foi sofrendo diversas alterações ao longo da Idade Média e, no Renascimento, constituindo-se em um espaço para a reunião de raridades e preciosidades, o qual da lugar aos chamados gabinetes de curiosidades.

Françoise Choay (2017) destaca que, ao longo do século XVIII o desenvolvimento dos museus está diretamente relacionado à fundação da História da Arte enquanto disciplina, bem como a emergência de um círculo de colecionadores e apreciadores de peças de arte e das chamadas antiguidades. Os museus, galerias e exposições passam a ser espaços de vendas públicas, edições de catálogos, entre outras atividades.

Corroborando com as ideias de Costa (2009), Choay (2017) entende que, juntamente com os edifícios, os museus passam a compor o eixo de uma prática já antiga de viagens e visitas, mas que ainda não tinham recebido o nome de turismo. De forma geral, estas viagens ainda não estavam preocupadas com as práticas de conservação ligadas aos espaços museais.

Dentro das agitações provocadas pela Revolução Francesa, Choay (2017) destaca que os museus passaram a ser vistos como espaços de preservação do que se convencionou chamar de patrimônio. A partir de então, a preocupação com a preservação deixa de ser apenas simbólica, a partir de desenhos e anotações, assumindo um caráter de preservação do bem em si. Dentro do movimento da Revolução, foi criada uma comissão responsável por tombar as diferentes categorias dos monumentos pertencentes à nação.

Neste processo de tombamento e seleção, foram cunhadas duas categorias de bens, sendo eles os bens móveis e imóveis. Em relação aos bens móveis, deveriam ser transferidos de depósitos temporários para espaços públicos definitivos, consagrando o espaço chamado de museum: “este tem por função servir à instrução da nação. Reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos de artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como competências artísticas e técnicas” (CHOAY, 2017, p. 101).

Conforme podemos observar, os museus passaram a ser explorados não apenas como espaços para salvaguarda dos bens materiais, mas também como espaços que permitiriam uma pedagogia cívica e uma educação histórica para os cidadãos, reforçando seu caráter de espaços a serem visitados.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o museu passa por intensas transformações. No século XIX, a atuação em conjunto das técnicas químicas, da história da arte e da arqueologia fizeram da restauração uma disciplina autônoma. Observa-se ainda a tendência de privilegiar-se os valores sensíveis e estéticos dos bens materiais que compunham os acervos dos museus. Dessa forma, antiquários, historiadores, historiadores da arte e conservadores passam a atuar nos museus, seja pelo seu caráter de proteção/conservação, de salvaguarda de documentos ou pelo valor estético dos bens salvaguardados nos acervos.

O movimento romântico e o a constituição das identidades nacionais também vão se utilizar dos museus como espaços para a construção das narrativas históricas, pautadas nas narrativas dos heróis e grandes acontecimentos da nação. Desta forma, estes espaços passam por um processo de intensificação das visitas realizadas, nas quais os grupos economicamente privilegiados poderiam conhecer tanto o “nacional” quanto o exótico”, o outro (CHOAY, 2017).

Dentro desta lógica europeia, colonial e elitista que foram criados os primeiros museus no Brasil⁵. Carmem Zeli de Vargas Gil e Carla Beatriz Meinerz (2017) destacam que, na qualidade de espaços privilegiados para a preservação da cultura, os museus tendem a reafirmar uma narrativa de memória nacional que expõe e valoriza objetos e ideias relacionadas a um conjunto de referências culturais branca, católica e europeia. De acordo com as autoras:

As expressões de grupos populares e historicamente marginalizados ficaram invisibilizadas no processo de invenção do projeto de nação, construído a partir do período de independência, apesar do grande contingente populacional africano e indígena presente na sociedade brasileira oitocentista (GIL, MEINERZ, 2017, p. 23).

Considerando um projeto de nação que invisibilizou sujeitos não-brancos, podemos identificar que este projeto tende a se estender também para os museus e para as diferentes narrativas expositivas. Ao tomar como objeto de investigação a narrativa expositiva da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, apontando a potência de sua

⁵ Segundo Átila Tolentino (2014), nas colônias americanas, os museus nacionais foram criados, sobretudo no século XIX, com as independências e, visavam legitimar os novos Estados. Ao longo da história do Brasil, o autor destaca que, em diversos municípios, observa-se a criação de inúmeros museus históricos, os quais visavam contar a história das cidades, atentando para os acontecimentos político-econômicos mais importantes e nas personalidades ilustres locais

apropriação pelo Turismo Cultural, acredito contribuir para a quebra das narrativas consolidadas historicamente, ao mesmo tempo em que permite ao turista cultural conhecer espaços fora dos roteiros mais tradicionais.

Apesar da tendência de apagamento de alguns sujeitos e grupos sociais nas narrativas expositivas, ao analisarmos um panorama geral do pensamento museológico internacional, sobretudo a partir dos anos 1970, observamos mudanças (ou tentativas de) nas concepções museológicas que, por sua vez, permitiram narrativas mais críticas e heterogêneas.

Segundo Duarte Cândido (2003), um dos marcos mais importantes para as mudanças nas concepções de museu foi a Mesa-Redonda sobre o papel do Museu na América Latina, realizada no Chile, em 1972, a partir da UNESCO. Do encontro resultou um documento que, para autora, “é reconhecido como a mais importante contribuição da América Latina para o pensamento museológico internacional e sua importância decorre especialmente da inserção, nas discussões, da questão do papel social dos museus” (Duarte Cândido, 2003, p. 20).

Ao preocupar-se com o papel social dos museus, o documento entende que as transformações nos museus deveriam acompanhar as transformações sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, as instituições museais e a museologia passam a ser entendidas a partir do seu caráter interdisciplinar, devendo estar abertas para a utilização educativa bem como para a preservação do patrimônio musealizado.

Na esteira destas discussões e, retomando as proposições da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, foi assinada, em 1984, a Declaração de Quebec, que estabeleceu os princípios de Base de uma nova Museologia. Duarte Cândido (2003) destaca que este é o documento fundador do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), bem como por retomar a necessidade de ampliação das práticas museológicas integradas às populações, contribuindo para o desenvolvimento social.

Embora a autora entenda que não houve, no Québec (1984), grande avanço conceitual, este encontro proporcionou o estabelecimento de alguns aspectos da Nova Museologia, também chamada de Museologia Social ou Sociomuseologia, entendida como uma nova postura em relação à chamada Museologia Tradicional. Ampliando e aperfeiçoamento o pensamento museológico, ocorreu o “Seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, do qual resultou a Declaração de Caracas, de 1992.

Segundo Duarte Cândido (2003), na Declaração de Caracas, “[...] são mantidos a prioridade à função sócio-educativa do museu, o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico e a afirmação do museu como canal de comunicação” (DUARTE CÂNDIDO, 2003, p. 26). Dentre as discussões travadas, destaca-se ainda a importância atribuída à inserção de políticas museológicas nos setores de cultura, a consciência sobre o poder da Museologia no desenvolvimento dos povos, a importância da reflexão sobre a ação social dos museus, entre outras questões. A autora afirma ainda que, “a cultura aparece como instrumento de valorização do local, particular, em contrapartida à globalização, e o museu como fortalecedor das identidades para conhecimento mútuo entre os povos da A.L. (integração)” (Duarte Cândido, 2003, p. 27).

As mudanças estabelecidas por esses documentos podem ser vistas como uma necessidade de repensar o Museu no século XX, uma vez que esta instituição passa a exercer uma função política, ao mesmo tempo em que pode ser apropriada mercadologicamente (como

no caso do turismo cultural). Duarte Cândido (1990) destaca que esse conceito de museu se contrapõe aos museus e a Museologia até então concebidos. O século XX necessitava de um museu que não fosse mais entendido a partir da lógica dos gabinetes de curiosidade, como depósitos ou vitrines, centrados na contemplação do objeto.

Para Duarte Cândido (1998), os museus do século XX são entendidos como canais de comunicação da sociedade, nos quais o patrimônio musealizado passa por três fases, às quais constituem o tripé básico da Museologia: documentação, Conservação/restauração e Comunicação Educação. Embora possa se sobrepor e variarem de acordo com cada museu, a autora entende que estas atividades são básicas.

A documentação é entendida como o processo de pesquisa e registro de cada peça do acervo quando do seu recebimento, permitindo a realização de pesquisas futuras, bem como contribuindo para a reunião dos objetos e para manter maior controle e segurança do acervo. A documentação é entendida como um processo, estando, a todo instante, passível de aprofundamento, acréscimos e releitura. A conservação/restauração reúne o conjunto de ações preservacionistas, cuidados diários e manutenção dos bens musealizados.

A comunicação, composta pelas exposições, ações educativas, dentre tantas outras atividades possíveis, é a atividade que demonstra que, para além da salvaguarda e conservação, os museus assumem um compromisso com o desenvolvimento social e com as lutas históricas da comunidade para a preservação de sua identidade cultural. Essa etapa deve, segundo Duarte Cândido (1989), contar com canais reais de comunicação com o público, buscando a contextualização dos objetos e, com um compromisso didático perante o público.

Átila Tolentino (2014) entende que, ao longo dos anos 1980, dentro das discussões propostas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), emerge a Nova Museologia. Para o autor, a Nova Museologia pode ser compreendida como uma espécie de conceito ou ‘discurso’ guarda-chuva, tendo como traço comum a oposição ao que seria o Museu Tradicional. A partir de então, observa-se o aparecimento de novas tipologias e/ou conceitos de museu: ecomuseus, etnomuseus, museus locais, museus de bairro e de vizinhança, museus comunitários, museus de sociedade e museus de território, entre outros.

O espaço cuja narrativa expositiva é aqui analisada não se configura, conceitualmente, como Museu, mas sim como uma Igreja. Enquanto espaço marcado pelo sagrado, pelo religioso, entendemos que uma Igreja possui funções e significados que não podem ser confundidos com os de um Museu. No entanto, entendemos também que, dentro das discussões propostas pela Nova Museologia, a Igreja pode ser tomada como um espaço expositivo, o qual apresenta narrativas e circuitos expográficos, os quais a aproxima, em alguma medida, dos ecomuseus e museus de território.

Outro elemento que justifica a compreensão aqui adotada é a “Carta Icomos para a interpretação e apresentação de sítios de patrimônio cultural”, ratificada pela XVI Assembleia Geral do Icomos, em 2008. Segundo Costa (2009), ao preocupar-se com a interpretação e apresentação do patrimônio cultural, a carta propõem o conceito de sítio de patrimônio cultural para referir-se a “um lugar, uma paisagem cultural, um complexo arquitetônico, um depósito arqueológico, ou uma estrutura existente, reconhecido como sítio histórico e cultural e, geralmente, com proteção legal” (COSTA, 2009, p. 220).

É importante destacar ainda que, conforme aponta Xerardo Pereiro Pérez (2009), um dos lugares em que o Turismo Cultural ocorre é na cidade, mobilizando não apenas a sua materialidade, mas também as suas artes, estilos de vida, saberes, fazeres, entre tantas outras manifestações que, transformam-se em produtos culturais. Sem termos a intenção de mercantilizar as práticas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, entendemos que a Igreja e o conjunto de bens culturais que a compõem podem ser apropriados pelo Turismo, contribuindo para a promoção da história e cultura da comunidade negra. Nesse sentido, Natalia Oliveira (2020) traz o conceito de afroturismo, isto é, de valorizar as memórias e experiências da população negra e relacioná-las com o turismo. O conceito traz a necessidade de valorizar as memórias e vivências da população negra e seu patrimônio através do turismo.

Inspirados em Gil e Meinerz (2017), entendemos que o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Aníbal Quijano e aprofundado por Walter Mignolo, torna-se potente para pensar o patrimônio cultural afro-brasileiro, podendo ser mobilizado para a análise das narrativas que constituem a Igreja.

Segundo Aníbal Quijano (2014), a decolonialidade encontra-se articulada aos conceitos de modernidade e colonialidade. Identificando a emergência da Modernidade na Conquista da América (1492), o autor entende que este processo se dá a partir de um conjunto de relações assimétricas de poder, estruturadas por meio do colonialismo. Desta forma, atrelada à modernidade a colonialidade provoca a subalternação das práticas e subjetividades dos povos dominados. Conforme destacamos anteriormente, a colonialidade está expressa também nos museus e nas narrativas expositivas brasileiras.

Questionando a modernidade/colonialidade, os estudos decoloniais revisitam a questão do poder na modernidade, propondo uma dissolução das estruturas de dominação e exploração. Dessa forma, propomos contribuir, de forma modesta, para a dissolução destas estruturas de dominação e exploração nos sítios de patrimônio cultural

Dessa forma, não é nosso objetivo tentar enquadrar a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos como um museu, mas sim, entende-la como um sítio de patrimônio cultural. Ciente dos riscos de algumas das aproximações aqui apresentadas, propomos, na sequência, uma análise da narrativa expositiva desta Igreja, a qual, contribui para a construção de uma narrativa que valoriza sujeitos não-brancos e grupos sociais historicamente invisibilizados tanto no processo de construção de uma identidade nacional quanto nas narrativas museais tradicionais.

Assim como a Nova Museologia entende os museus como instituições a serviço da sociedade, entendemos que esta instituição religiosa possui uma função social tanto para a comunidade na qual se insere quanto para aqueles e aquelas que a vistam. O percurso que culmina com a visita à igreja, insere-se em várias iniciativas de turismo da cidade de São Paulo como a “Caminhada São Paulo Negra”⁶ e iniciativas de turismo religioso que valorizam inúmeras igrejas da região central de São Paulo. Sendo assim, a Igreja Nossa Senhora do Rosário faz parte de um percurso afrocentrado que visibiliza memórias e experiências da população negra e mobiliza inúmeros turistas pela cidade.

⁶ Sobre, ver Educação e Território (2023).

2.3 Narrativas Decoloniais: Igreja Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos (São Paulo/SP)

Assim como nos museus e espaços expositivos diversos, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, aqui entendida como um sítio de patrimônio cultural, identifica-se a produção de narrativas diversas. A partir de visita realizada em 29 de abril de 2018, registramos, a partir de fotos, vídeos e anotações acerca de elementos do patrimônio cultural material e imaterial que comporta este espaço.

A sistematização e análise dos registros permitiu identificar três eixos centrais de narrativas, constituídas, respectivamente, a partir das imagens sacras, exposição fotográfica e da festa em Homenagem a São Benedito⁷. Neste estudo, mobilizamos a narrativa expositiva das peças que encontram-se na Igreja.

Ao tomar a Igreja como um sítio de patrimônio cultural, entendemos que a disposição dos objetos sacros, em especial as imagens dos santos, constituem uma narrativa. Conforme destaca Duarte Cândido (1998), a narrativa produzida na disposição dos objetos não é neutra, mas o resultado de uma seleção, onde elementos são elencados para compor o que se conta, enquanto outros ficam de fora. A disposição destes objetos permitem a construção dos significados históricos pela cultura material, que extrapola a função de recurso auxiliar ou de ilustração.

Nesta perspectiva, Tolentino (2014, p. 43) entende que as narrativas produzidas nos espaços expositivos são “discursos carregados de significados intencionalidades e ideologias, que podem ser analisados a partir dos objetos expostos, dos vazios, dos ditos e dos não ditos”. Conforme destacamos anteriormente, ao analisarem as narrativas expositivas de diversos museus brasileiros, Gil e Meinerz (2017) apontaram a tendência a um apagamento dos sujeitos não-brancos, reforçando um caráter colonial na construção de tais narrativas.

Inspirados nas autoras supracitadas, entendemos que o conceito de colonialidade do poder pode ser mobilizado como uma chave de leitura para compreender como a memória dos grupos indígenas e, neste caso, afro-brasileiros, têm lugar ou não-lugar nas instituições de memória. Além disso, pensar a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos como um espaço expositivo com potencial de visitação para turistas, é pensar o conceito de turismo de forma ampliada. Sem negá-lo enquanto atividade econômico, nos propomos a entender que “O turismo é uma actividade complexa e mutável, multifacetada e multidimensional que não deve ser reduzida exclusivamente a negócio, actividade industrial, marketing ou gestão de produtos” (PEREIRO PÉREZ, 2009, p. 4). A partir da aproximação com a História, com a Museologia e com a Antropologia, entendemos o turismo como intercâmbio sócio-cultural e como uma experiência ritual moderna.

Tomando a Igreja como sítio de patrimônio histórico e cultural, entendemos que os objetos nela dispostos constituem uma narrativa. Desta forma, esses objetos, mesmo que atrelados ao sagrado, possuem o poder de comunicar e construir discursos, extrapolando sua

⁷ A Festa de São Benedito na Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo/SP, é uma celebração, que ocorre entre o mês de abril e o mês de maio, congregando várias Irmandades Pretas em saudação ao santo negro São Benedito. Uma pequena festa que inicia com uma procissão, ao redor do Largo Paissandu, e após uma missa composta majoritariamente por pessoas negras.

concretude e passando a significar algo maior (TOLENTINO, 2014). No caso das imagens sacras aqui analisadas, identificamos que, neste microcosmo social, destaca-se uma narrativa decolonial em relação aos grupos afro-brasileiros.

Entendendo o Turismo como intercâmbio sócio-cultural e experiência ritual moderna, acreditamos que o contato de potenciais turistas e visitantes com a narrativa aqui analisada contribua para o sentimento de empatia, a partir de um intercâmbio cultural entre o “nós” (turistas, visitantes) e o “outro” (nativos, membros da igreja). Entendemos que esse encontro de culturas, desde que seja feito de forma respeitosa, é capaz de provocar mudanças na forma de pensar e agir (PEREIRO PÉREZ, 2009),

O elemento central da narrativa e que será mobilizado ao longo do estudo refere-se aos santos negros presente na Igreja. De forma geral, uma visita a diferentes igrejas católicas brasileiras, sobretudo nas capitais dos estados, aponta para uma maioria significativa de santos brancos. No caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, observamos o inverso, com o predomínio de santos negros. É importante destacar que, para além de representações de pele negra, a Igreja apresenta sujeitos negros que foram canonizados. Estes elementos podem e devem contribuir para a apropriação da Igreja pelo Turismo Cultural, colocando os turistas em contatos com narrativas decoloniais.

Abrindo a narrativa composta pelas imagens dos santos e santas, encontra-se uma imagem de Santa Bakhita que, disposta mais ao alto em relação ao visitante, parece recebê-lo, conforme podemos identificar na imagem a seguir (Imagem 1):

Imagem 1 – Santa Bakhita



Fonte: acervo dos autores (2018)

Nascida no Sudão, em 1869, Bakhita foi escravizada, sofrendo os sofrimentos físicos e morais que a condição da escravidão impõe. Comprada por um cônsul italiano, foi levada para a Itália e entregue a uma família residente em Veneza, sendo provável que tenha se tornado babá da filha do casal que a comprara. Possivelmente em 1890, tenha sido confiada às irmãs da congregação de Santa Madalena de Canossa, em Schio, também em Veneza, sendo batizada e recebendo o nome de Josefina. Por mais de cinquenta anos dedicou-se às diversas ocupações da congregação. Irmã Josefina Bakhita, como ficou conhecida, faleceu em 8 de fevereiro de 1947, na própria Congregação. Depois de muitos milagres comunicados a partir de seus fiéis, foi beatificada no ano de 1992, pelo Papa João Paulo II, sendo a ela atribuído o dia de sua morte, 08 de fevereiro (ARQUIDIOCESE, s.n.⁸).

Entendemos aqui que, ao abrir a narrativa composta pelas imagens sacras da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Santa Josefina Bakhita rompe com as narrativas religiosas de cunho mais tradicional. Enquanto estas narrativas coloniais apresentam, majoritariamente, sujeitos brancos, homens e parte das elites econômicas, a narrativa construída nesta Igreja apresenta uma mulher, negra, africana e que fora escravizada.

Ao ser tomada como espaço de visita para o turista cultural, essa igreja contribui para uma reflexão acerca do papel dos sujeitos não-brancos na sociedade brasileira e seu espaço nos sítios de patrimônio histórico-cultural. Conforme destaca Tolentino (2014), as narrativas construídas nas exposições são plurissignificativas, cabendo ao visitante estar atento às informações que permitem identificar os discursos que perpassam essa construção.

Mesmo cientes de que estamos analisando uma Igreja e não um museu, acreditamos que a potência da imagem de Santa Bakhita poderia ser intensificada com a presença de algumas informações, seja através de uma pequena placa, painel ou letreiro (COSTA, 2009). É possível que, para os fiéis que vivem naquela localidade, algumas informações sobre a santa estejam naturalizadas. No entanto, para o estrangeiro, o estranho ao local, ficam alguns questionamentos de quem seria a mulher que o recebe na entrada da Igreja.

Ao continuar o percurso pela Igreja, após ser recebido pela Santa Josefina Bakhita (mulher, africana e negra), o visitante depara-se com mais duas imagens de santos negros, conforme observa-se na imagem a seguir (Imagem 2):

⁸ É importante destacar que, assim como para alguns dos outros santos cujas imagens serão apresentadas na sequência, as informações sobre Santa Bakhita são dispersas e lacunares, contando com divergências nas informações encontradas. No entanto, entendemos que este não é um problema, uma vez que, a biografia dos sujeitos canonizados não é o tema desta investigação.

Imagem 2 – Santa Bakhita, Nossa Senhora Aparecida e São Benedito



Fonte: acervo dos autores (2018)

Contrastando com o tamanho da Imagem de Santa Bakhita (aproximadamente 1,5 m), está uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Assim como na imagem anterior, trata-se uma representação feminina. Além do tamanho das imagens, alguns outros contrastes podem ser pensados e potencializados ao serem apropriados para o Turismo Cultural. Inicialmente, destaca-se que, enquanto Santa Bakhita é visivelmente menos presente nas igrejas e no Imaginário brasileiro, Nossa Senhora Aparecida⁹ é uma figura constante tanto nos templos quando no imaginário brasileiro. Ao ser considerada padroeira do Brasil, o dia 12 de outubro, atribuído a esta santa, é considerado feriado nacional. Desta forma, católicos ou não, os brasileiros contam com esta data em seus calendários, entrando em contato com a santa.

Outro elemento importante refere-se a cor da pele da mulher representada na imagem. Enquanto Santa Bakhita foi uma mulher negra, Aparecida resulta de uma apropriação de Maria, cujas representações são, majoritariamente brancas. Dessa forma, identificamos que, diferentemente de Maria que é tida como uma mulher branca, Bakhita é reconhecida como negra. No caso de apropriação deste espaço pelo Turismo Cultural, estes são elementos que podem e devem ser explorados.

⁹ Para além da sua presença nas Igrejas, no cotidiano e nos calendários, Nossa Senhora Aparecida é também objeto de apropriação pela mídia. Um exemplo de apropriação ocorreu na Novela “A Padroeira”, da TV Globo, que foi ao ar em 2001. A novela conta a história de um amor impossível na vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, na então capitania de São Paulo e Minas do Ouro, no ano de 1717, tendo como pano de fundo a luta dos pescadores da região pelo reconhecimento do culto a Nossa Senhora Aparecida, cuja imagem foi encontrada por eles no rio Paraíba do Sul (Memória, s.n.). Este é apenas um dos exemplos de apropriação da Santa, o que reforça sua popularidade no território nacional.

Após a acolhida de Santa Bakhita e do contato com Aparecida, o visitante entra em contato com São Benedito, o qual segura uma criança em seus braços. Assim como Bakhita e, diferentemente de Aparecida, São Benedito fora um homem negro. Acredita-se que Benedito tenha nascido em 1526, na pequena aldeia de São Fratelo, em Messina, na ilha da Sicília, Itália. Benedito era filho de um casal de escravizados africanos que haviam sido vendidos na ilha, o que também aproxima-o de Santa Bakhita.

Possivelmente após seu nascimento, tenha ganhado a alforria, juntamente com os pais, herdando o ‘sobrenome’ Manasseri, de seus padrinhos. Possivelmente cresceu pastoreando rebanhos e, quando tinha cerca de 20 anos, passou a fazer parte dos eremitas da Irmandade de São Francisco de Assis, fundada por Jerônimo Lanza, em Palermo, capital da Sicília. Faleceu em 04 de abril de 1589, sendo canonizado em 1807. No Brasil, acredita-se que seu culto tenha se desenvolvido, inicialmente, entre os sujeitos escravizados, sobretudo pela cor de sua pele e por ser filho de africanos. Além disso, destaca-se que, enquanto o dia do santo é mundialmente celebrado em 04 de abril, dia de sua morte, no Brasil, ele adquiriu uma data diferente, o 5 de outubro (Arquidiocese, s.n).

Conforme podemos observar até este momento, as três primeiras imagens que compõe o circuito sacro da Igreja analisada referem-se a sujeitos negros, sendo duas mulheres e um homem, dos quais dois foram escravizados e filhos de sujeitos escravizados. Mais uma vez destacamos que, no caso de apropriação deste espaço pelo Turismo Cultural, mostra-se fundamental o uso de mídias impessoais (COSTA, 2009) que auxiliarão ao turista compreender a importância e representatividade destas imagens sacras. Diferentemente de Aparecida, São Benedito não é um santo tão presente no imaginário nacional.

Na continuidade do percurso, encontramos mais um santo negro. Como no caso das imagens de Santa Bakhita e São Benedito, Santo Elisbão também é representado em uma imagem grande, que encontra-se acima do observador, dando a impressão de retribuir o olhar do fiel/visitante, conforme podemos observar na imagem a seguir (Imagem 3):

Imagem 3 – Santo Elisbão



Fonte: acervo dos autores (2018)

Diferentemente das origens humildes das figuras canonizadas que compuseram a narrativa até o presente momento, Elisbão ou Elesbão, foi um rei etíope, contemporâneo do imperador Justiniano, que viveu no século VI, quando o reino se chamava de Axum. Católico, seu reino era conhecido pela propagação da fé cristã, bem como por acolher cristãos que fugiam do reino vizinho, formado pelos hameritas, quando o líder Dunaan teria renegado a fé católica e perseguido os cristãos.

Na metade do século VI, o rei teria abdicado ao trono em favor de seu filho, sucessor natural e, partiu para Jerusalém e, de lá para o deserto, passando a viver como monge. No Brasil, seu culto foi difundido sobretudo pelos sujeitos escravizados que, celebravam o rei negro da Etiópia (ARQUIDIOCESE, s.n).

A presença de um rei negro dentre os santos que compõem o circuito apresentado é fundamental para pensarmos em uma narrativa decolonial. Conforme destacam Gil em Meinerz (2017), o racismo brasileiro é historicamente marcado pela reprodução da negatização, ridicularização e estigmatização dos sujeitos não brancos do país. Neste caso, entramos em contato com a imagem de uma personalidade negra que foi rei, potencializando uma

apropriação que vai para além da escravização e de lugares de subalternidade. Dessa forma, a narrativa aqui apresentada demonstra a possibilidade de uma leitura que encontra-se para além da escravização, demonstrando que, antes de serem arrancados de seu território, homens e mulheres, negros e negras, ocupavam lugares de prestígio social. Sendo assim, Elesbão contribui para quebrar a tendência apontada pelas autoras supracitadas de exposições que enfatizam os sujeitos negros como vítimas submetidas à violência do sistema escravista, sem capacidade de reação.

Na sequência, a última imagem de santo negro em tamanho grande refere-se à mais uma mulher, Santa Efigênia que, assim como os demais, parece retribuir o olhar do fiel/visitante, conforme podemos observar na imagem a seguir (Imagem 4):

Imagem 4 – Santa Efigênia



Fonte: acervo dos autores (2018)

Santa Efigênia ou Ifigênia, do mesmo modo que Santo Elesbão não provinha de origens humildes. Efigênia foi uma princesa da Núbia, pequeno reino da Etiópia, filha dos reis Égipo e Eufenisa. Segundo a história canônica, oito anos após a Ascensão de Jesus, o apóstolo Mateus foi até o reino da Núbia para evangelizar a região e encontrou apoio em Santa Efigênia, a única disposta a propagar o Deus uno, e rejeitar suas antigas divindades. Em resposta a isso, os chefes núbios decidiram sacrificá-la em uma fogueira. Efigênia, foi salva por um anjo e tomou pra si a missão de "libertar a Núbia", tornou-se a protetora dos incêndios (VATICANO, s.n). Em sua

iconografia, ela aparece constantemente representada segurando uma casa ou uma igreja em chamas.

Cabe destacar que o culto aos santos negros e a criação das irmandades emergem em um contexto histórico no qual os escravizados não tinham permissão para entrar na mesma igreja dos brancos e nem ser sepultados. Para Bezerra (2014, p. 126) "foi para existir socialmente que se investiram na religião católica e que através das irmandades reinventaram parentes e uma forma de vida comunitária".

Nesse sentido, Bezerra (2014) afirma que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário aparecem em Lisboa nos mosteiros dominicanos no século XV e posteriormente espalhou-se pela África. O culto é trazido ao Brasil, incentivado pelos jesuítas e franciscanos, para dar assistência espiritual e social aos necessitados, com foco na população africana. Os Negros escravizados se congregavam em torno da Virgem do Rosário, seguindo o padrão português, mas existiam outros santos de sua predileção como São Benedito e Santa Ifigênia. Além disso, Oliveira (2006) afirma que ao longo do século XVIII, diversas irmandades negras em louvor a São Elesbão e Santa Ifigênia foram criadas em diversas áreas da colônia. Pensando na historicidade do culto desses santos negros, pode-se compreender o por que, nesse percurso pela igreja, essas estátuas ganharam lugar de destaque em relação as outras imagens.

Para finalizar o circuito expositivo, o visitante entra em contato com seis imagens de santos em tamanho menor, como a de Nossa Senhora Aparecida. Neste conjunto de imagens sacras, podemos observar que são todas de homens, conforme segue (Imagem 5):

Imagem 5 – Conjunto de Santos



Fonte: acervo dos autores (2018)

Na imagem 5, temos as estátuas de São Francisco de Assis, São José, Santo Antônio e São Caetano com menor destaque que as apresentadas anteriormente. Podemos notar que nessa narrativa sacra, Santa Efigênia, Santo Elisbão, Nossa Senhora Aparecida e Santa Bakhita, todos associados ao culto dos negros no século XVIII, possuem lugar de destaque e altares próprios para devoção. Em contraposição às estátuas menores apresentadas que estão dispostas como sinal de reverência, porém sem tanto destaque. Nesse sentido, entendemos que esse destaque dado não é neutro, e reforça o caráter decolonial dessa análise, os santos negros emergem como afirmação em contraposição a uma história da criação de espaços eclesiais que privilegiava a figura dos santos brancos.

5 APONTAMENTOS

Ao longo deste estudo, procuramos mobilizar a narrativa expositiva construída a partir das peças sacras da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo/SP), aqui entendida como um sítio do patrimônio histórico e cultural e, propomos sua apropriação pelo Turismo Cultural, na tentativa de contribuir, a partir de sua visita, para a construção de práticas turísticas que atentem para espaços de memória que legitimem o lugar de africanos e afro-brasileiros nos sítios patrimoniais brasileiros.

Para tanto, apresentamos o Turismo Cultural a partir da sua apropriação do patrimônio cultural, bem como um panorama do pensamento museológico internacional e sua relação com as exposições e sítios patrimoniais em geral. A partir deste referencial, tomamos as peças em estado de exposição como documentos e, como tal, analisamos a narrativa construída. Enquanto documentos, estas peças são dotadas de significados, tendo o poder de “comunicar, oprimir ou libertar” (TOLENTINO, 2014, p. 68).

Considerando que, em seu conjunto, as peças expostas constituem uma narrativa que constrói e reproduz discursos que são apropriados pelos sujeitos que visitam a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, traçamos alguns apontamentos que, de forma modesta, avançam na construção do conhecimento no âmbito do Turismo Cultural, da História e do Patrimônio.

Acreditamos que, a realização do percurso expositivo por turistas culturais, contribui para construção de narrativas decoloniais, as quais dão lugar de destaque para santas e santos negros, invertendo uma tendência de atentar para o protagonismo branco. Além disso, considerando que a Igreja é um espaço aberto à visita, sem a cobrança de ingressos, acreditamos que sua visita contribui para a popularização e ampliação do acesso à informação e à história do país.

Identificamos ainda que, a realização de parcerias com profissionais do Turismo e Patrimônio, bem como a adesão a mídias expositivas, podem ampliar o caráter da igreja, extrapolando as fronteiras do universo religioso e, colocando-o em um contexto político, econômico, social e cultural.

Além de atender turistas de outros países, estados ou cidades, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos tem potencial para atender estudantes dos diferentes níveis de ensino da cidade de São Paulo, sejam da rede pública ou privada. Dessa forma, para além do Turismo cultural, a

Igreja pode ser apropriada como espaço para práticas de realização do Turismo pedagógico (COSTA, 2009) e também do afroturismo, ao valorizar lugares, sujeitos e santos que narram aspectos importantes da história da população negra. Para finalizar, entendemos que os sítios patrimoniais, assim como os museus são instituições a serviço da sociedade e possuem uma função social tanto para a comunidade na qual se inserem quanto para aqueles e aquelas que a visitam. Dessa forma, defendemos a promoção de políticas públicas e roteiros culturais que atentem para espaços como a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo/SP), contribuindo para a preservação e promoção do patrimônio histórico e cultural do país.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO. **Santa Josefina Bakhita**. Recuperado de: <http://www.arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/santa-josefina-bakhita>, Acesso em: 12 de maio de 2021.

ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO. **Santo Elesbão**. Recuperado de: <http://www.arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/santo-elesbao>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO. **São Benedito, o Negro**. Recuperado de: <http://arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/sao-benedito-o-negro>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

BEZERRA, Analucia Sulina.). As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Brasil: identidade e diferença cultural. **Projeto História**, v. 51, p. 119-138, 2014.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Marcos Conceituais. 2021. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, Edições SESC SP, 2009.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Museus: busca de adequação à realidade, Por que os Museus?. **Cadernos de Sociomuseologia**, 12, 1998. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/29>.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Introdução, **Cadernos de Sociomuseologia**, v.20, n. 11, 2003.

Educação e Território. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/caminhada-sao-paulo-negra-resgata-memoria-da-diaspora-africana-no-centro-da-cidade/> Acesso em: 10 ago. 2023.

EXPEDIA. Roteiro São Paulo: 3, 5 e 7 dias. 2021. Disponível em: <https://viajando.expedia.com.br/roteiro-sao-paulo/>.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; e MEINERZ, Carla Beatriz Meinerz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 19-34, 2017,

MEMÓRIA Globo. *A Padroeira*. s.n. (2021, 12 de maio). Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/a-padroeira/>.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. **TOPOI**, v.7, n.12, p. 60-115, 2006.

OLIVEIRA, Nathália Araújo de. Turismo Afrocentrado: debates iniciais. In: MELLO, Roger Goulart et al. *Novos olhares sobre turismo, patrimônio e cultura*. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2020.

PASSAGENS Promo. **Roteiro São Paulo**: conheça a capital paulista em 3 dias, (s.n). (2021, 12 de maio). Disponível em: <https://www.passagenspromo.com.br/blog/roteiro-sao-paulo/>.

PASSAGENS Promo. **15 Pontos turísticos em São Paulo obrigatórios para conhecer**, (s.n).(2021, 12 de maio). Disponível em: <https://www.passagenspromo.com.br/blog/pontos-turisticos-em-sao-paulo/>.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.

PRADO, Antonio. Lei n. 698 de 24 de dezembro de 1903. Disponível em: : <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L698.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Des/colonialidad y bien vivir**. Un nuevo debate em América Latina. Universidad Ricardo Palma – Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder. Editora Universitaria, 2014.

SÃO PAULO. **Praça Antônio Prado**. s.n. (2021, 23 de maio). Disponível em: <https://monumentos.spturis.com.br/praca-antonio-prado/>.

TOLENTINO, Átila. Entre políticos e mestres da cultura popular: discurso, poder e ideologia nos museus. **Cadernos de Sociomuseologia**. Patrimônio, política e sociomuseologia, v. 47, n. 03, 43-70, 2014.

VATICANO. **Santa Efigênia**. (2021, 25 de maio). Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/09/21/s--efigenia.html>.